

12
L. 27135
CADERNOS DA «SEARA NOVA»

ESTUDOS LITERÁRIOS

OLIVEIRA MARTINS

(Algumas fontes da sua obra)

POR

G. LE GENTIL

Tradução de FERNANDO ROMERO

LISBOA
«SEARA NOVA»

1935

Shi

L
— 12
27125

OLIVEIRA MARTINS

(Algumas fontes da sua obra)

18
19

18
19

DEP. LEG.

CADERNOS DA «SEARA NOVA»



Lo
27135-12
ESTUDOS LITERÁRIOS

R. 127083

OLIVEIRA MARTINS

(Algumas fontes da sua obra)

POR

G. LE GENTIL

Tradução de FERNANDO ROMERO

LISBOA
«SEARA NOVA»
1935

Shi

11/12/192

INTRÓITO

Ao iniciarmos a tradução do presente estudo do Prof. Le Gentil não quisemos esquecer aquele passo de José Agostinho de Macedo, agora citado por Castelo Branco Chaves no seu «Castilho», estudo admirável pelo que veio revelar do grande mestre da língua: «he dos misteres de escritor o mais abjecto, porque as traduções não levárão, nem podem levar ninguém á immortalidade, porque são mais desejo de parecer author, porque são recados alheios que se dão aos outros, porque são apenas consolações da vaidade e subterfugios do amor próprio, porque raras vezes occupárão hum engenho grande; porque são incompativeis com a liberdade e independência nobre de um genio

criador; porque são ocupações de pedantes, de encolhidos, e de rans que querem parecer toiros» (1).

Ao citarmos, pois, este passo não quisemos de modo algum nos viessem mais tarde acoimar de pertencente à «Irmandade só da tradução», como também dizia Agostinho de Macedo. Se nessa época se explicava tal invectiva, se bem que na bôca do panfletário fôsse suspeita, hoje pela difusão que há dos idiomas em todos os países mais acertado pareceria a cita. Porém há estudos, obras e comentários que pelo seu valor intrínseco necessitam duma mais larga difusão, mormente tratando-se dum estudo sôbre uma das mais viris personalidades de novecentos.

O estudo sôbre a personalidade de Oliveira Martins é dos melhores que conhecemos como afirmação de valor crítico. Êle é, certamente conhecido da «élite» intelectual portuguesa mas cumpre que o seja também da maioria dos leitores, motivo êste que justifica a sua edição em português. A maioria do público português anda completamente enganada sôbre o significado social

(1) Apud *Castillo*, pág. 34 — *Cadernos da Seara Nova*, 1935.

da obra daquela geração de 70, que se apelidou impròpriamente de «vencida».

E porque assim é, afigura-se-nos ser da maior urgência, para de alguma maneira contribuirmos para a reforma da mentalidade portuguesa, como disse António Sérgio, levarmos a alguns espíritos — e tantos são eles! — os resultados da verdadeira crítica. De facto, em Portugal, sofre-se imenso daquele morbo que alguém diagnosticou e apelidou muito bem de «nacionalismo patrioteiro», que sob as aparências de verdade histórica encobre os seus intuitos políticos.

Essa corrente ideológica sofre, principalmente, do prejuízo da reabilitação e dos chamados mestres da Contra Revolução — moda introduzida pelo seu maior dirigente, António Sardinha.

Parafrazeando Julien Benda podemos dizer que o que eles querem não é a reabilitação desta ou daquela figura da historiografia portuguesa, o que eles desejam reabilitar nessas figuras é um regime que lhes é caro; é esse cortejo de sevícias exercidas sôbre o individuo, a única e incontestável realidade humana, de atropelos à liberdade de expressão, de censura inquisitorial a tôda a produção literária, e os métodos um pouco troglodíticos do ensino ministrado pela Companhia, é,

emfim, a ressurreição do passado no que éle tem de mais bolorento e desvirilizador para a mentalidade portugueza que a êsses excessos é levada pelos « pseudo-críticos » famosos pelos seus « malabarismos de redondel ». Por isso, hoje, ao apresentarmos a tradução do estudo do Prof. Le Gentil, cremos dar à mentalidade portugueza um valioso subsídio para a sua reforma, porque nele há a verdade histórica aliada à sã crítica.

No presente estudo mantem-se a admiração pela prodigiosa figura de Oliveira Martins, admiração que decaiu em Portugal, mas que se tem mantido nos sectores mais cultos de Espanha. Se éle foi um hispanizante — como ora se diz vulgarmente, não é menos certo ter sido igualmente um espírito embuído de cosmopolitismo, seguindo a sua geração tôda ela adversa dos nacionalismos restrictos da época romântica, — e por isso muito bem lhe notou o Professor G. Le Gentil as duas correntes, a *francesa* e a *germânica*, e fê-lo numa prosa simples, mas ondê a crítica corresponde à expressão das ideas.

Êste eminente lusófilo, que tantos desvelos tem prestado às letras portuguesas, deu desta prodigiosa figura da historiografia literária uma interpretação cheia de brilho; no seu notável estudo

perpassa deante de nós aquele que melhor personificou, em Portugal, o advento do criticismo e a renovação científica, com tal conjunto de ideas filosóficas, políticas e sociais que tanto influenciaram essa prodigiosa geração.

¿E que actualidade não tem a sua obra neste momento em que os nacionalismos ráticos e sem verdade histórica parecem submergir aquela grande corrente de europeísmo agitada por um Antero de Quental, um Eça de Queiroz e pelo próprio Oliveira Martins?

Pena é que da sua obra ainda não haja uma edição crítica, porquanto é ainda vulgar encontrarmos em escritores e criticos portugueses a attribuição aos homens de 70, entre os quais se conta Oliveira Martins, de culpas que lhes não cabem, mas sim à messiânica geração de 90, de Anto, que pecou por não ter sido igualmente revolucionária e europeia, abrindo brecha profunda na tradição, como a antecedente, pois se confinou na sombra projectada pelo Portugal das conquistas e das descobertas. Oliveira Martins, como os do Cenáculo, propugnava não por um *Portugal maior*, como querem os narcisistas nacionais, mas por um *Portugal europeu*, arejado de ideas e sem passadismos anquilozadores ou estatismos obsoletos.

Ao estudo do Professor Le Gentil, sòmente queremos fazer uma correcção, por se nos afigurar justíssima e que em nada diminue o valor crítico do seu trabalho. Quero-me referir ao passo seguinte que transcrevo :

« A primeira (revisão) consistiria em opor às suas generalizações provisórias os resultados definitivamente adquiridos no decorrer dos últimos anos, pela erudição. O *Bosquejo da História de Portugal*, do sr. António Sérgio, fornecer-nos-ia, sob êste ponto de vista, os elementos duma perfeita realização ».

Esta afirmação julgamo-la menos exacta, porquanto as fantasias — assim foram chamadas — do Sr. António Sérgio nunca provieram dos resultados da erudição. Foram meras conjecturas ou antecipações aos resultados dessa erudição a que o Professor Le Gentil se refere. A erudição, mais tarde, é que veio confirmar essas antecipações. O sr. Jaime Cortesão foi um dos primeiros a adoptar essas conjecturas depois de estudos a que procedeu. De resto, António Sergio nunca foi um erudito. Teve sempre por essa falsa cultura — pois que ser erudito hoje é sinal de pessoa culta — o maior desdém. Não serei eu quem lhe negará a veracidade de tal juízo. Sabemos muito bem que o erudito é, na maioria dos casos, um coleccio-

nador de verbetes onde vai acumulando a ciência alheia. O processo de António Sérgio em todos os seus trabalhos, nomeadamente os *Ensaio*s, é procurar sempre a filosofia da História, porque esta raramente erra, ao passo que a história da filosofia tem sempre miragens enganadoras. Porque aquilo que nós julgamos ser muitas vezes *fontes* não passam de meras coincidências. Nos estudos camoneanos tem-se verificado bastantes vezes esta afirmação, e muitos mais casos poderíamos juntar e que são absolutamente probatórios.

Fizemos esta aclaração porque de facto há quem considere António Sérgio um erudito quando êle é acima de tudo um pensador, um amigo do pensar claro.

A erudição sòmente entra nos seus estudos pelas sínteses que lhe fornece e nunca como elemento preponderante.

Ao terminarmos estas linhas, à guisa de prefácio, seja-nos lícito endereçar as nossas cordeais saudações ao ilustre lusófilo Professor Le Gentil que ultimamente ligado aos seus discípulos, vai chamando para nós a atenção da França para aquilo que possuímos de alto valor mental e filosófico. Portugal deve-lhe, ainda, gratidão pelo carinho com que se tem dedicado ao estudo dos

nossos pontos de vista criticos, tantas vezes fora da realidade. Os seus estudos servem para nós de *contrôle*, pela imparcialidade e serenidade critica de que se revestem e pela enorme quantidade de luz que derramam sôbre alguns problemas da nossa historiografia literária.

É vasta a sua colaboração em numerosas revistas francesas e belgas e dela damos uma breve lista para se avaliar do seu fecundo labor durante tantos anos da sua vida, quási exclusivamente gastos a nosso favor.

Camões, La Renaissance du Livre, Paris, 1924.

Almeida Garrett, idem, idem, 1926.

Molière et le Fidalgo Aprendiz, Revue de littérature comparée, Paris, 1921.

Camões e a literatura francesa, Biblos, 1928.

Ferdinand Denis, iniciador dos estudos Portugueses e brasileiros, Biblos, 1928.

Les Français en Portugal, Instituto, 1928.

La France Equinoxiale, Instituto de Estudos Franceses, Coimbra, 1933.

Les études portugaises, La Science française, Paris, 1933.

La poésie portugaise, France et Monde, 1930.

A lista é incompleta mas dá bem a medida do seu esforço tenaz, que de facto tem desenvolvido

na Sorbona, criando imensos Amigos de Portugal. É ainda motivo de alegria o aparecimento da sua *Literatura Portuguesa*, na Coleção de Armand Colin, em que o ilustre Professor nos dá uma perfeita síntese da nossa literatura, com a sua côr própria e perspectivando com rara felicidade os nossos maiores escritores e caracterizando-os com uma aptidão que raro vemos em autores estrangeiros. Pena é que desta obra não haja uma mais vasta difusão, principalmente entre os estudantes que se destinam às faculdades de letras, pois que aí encontrariam uma bela iniciação nos estudos literários portugueses. Bem andou a Universidade de Coimbra reconhecendo o labor intelectual honestíssimo do Professor G. Le Gentil, conferindo-lhe solenemente as insignias de doutor *honoris-causa* em Letras, como homenagem aos seus dotes primorosos de historiador probo, crítico sagaz e investigador incansável.

Amadora, Setembro de 1935.

FERNANDO ROMERO

Oliveira Martins é certamente a figura mais representativa do Portugal contemporâneo. Pelo brilho e pelo movimento dum estilo onde o entusiasmo de Michelet se une ao pitoresco de Taine, pelo denôdo na afirmação e na negação, pela amplitude duma cultura que abrange não só a história universal, mas a filosofia, a economia política e a sociologia, pela plasticidade de espírito no qual a razão dedutiva não é menos comum que a indução, afigura-se-nos ter exercido, de 1875 a 1894, uma acção decisiva, conquanto muitas vezes contraditória, sôbre os escritores e homens públicos da sua geração. Num grupo, a Escola de Coimbra, que se vangloriava de ter minado os fundamentos do edifício antigo, apresenta-se, nos seus princípios, como irreductível iconoclasta. Não podemos compreender suficientemente as poesias combativas de Guerra Junqueiro, se não aproximarmos a *Pátria da História de Portugal*. Por

isso nós o vemos associado, alguns anos depois, à tentativa de reconstrução social de Eça de Queiroz, cujos últimos romances: *Ilustre Casa de Ramires*, *A Cidade e as Serras*, estabelecem, em termos que poderíamos dizer influenciados pelos artigos do *Reporter* e da *Província*, o problema da colonização interior. Teófilo Braga, na campanha que dirigia contra o catolicismo, não teve, como se constatou, mais ardoroso auxiliar. No entanto, Oliveira Martins, pelo seu livro sobre o condestável Nun'Alvares, favorece, modernamente, o aparecimento dum certo misticismo político-religioso. Por outro lado, mau grado o revés das suas teorias e a contradição que os acontecimentos lhe infligiram, — o seu autoritarismo e o seu socialismo encontraram-se, na prática, com o liberalismo republicano, — êle apresenta-se-nos, mesmo depois da experiência da guerra que aliás não havia previsto, um dos mestres do pensamento contemporâneo. É d'êle que provém, conscientemente ou não, a escola que faz do sebastianismo a quinta-essência do génio português. Êle inspira, pelo menos indirectamente, o nacionalismo do Sr. Lopes Vieira (1), o neolusitanismo do Sr. Silva Gaio (2), o «saúdosismo» do Sr. Pascoais (3). Encontra-

(1) Lopes Vieira, *O Encoberto*. Lisboa, 1905.

(2) Manuel da Silva Gaio, *Chave dourada*. Coimbra, 1916.

(3) Teixeira de Pascoais, *Arte de ser português*. «Do sentimento saúdo derivava o nosso idealismo», pág. 147.

remos até em certos criticos estrangeiros vestígios da sua influência (1). Não obstante isto, não seria justo esquecer que, a-pesar-de êle encorajar muito, por audazes simplificações, êste idealismo um pouco ininteligível do sebastianismo e do saudosismo, êle foi o primeiro a opor-lhe, como discipulo de Carlos Marx, o fatalismo das leis económicas. Não poderá exprobar-se-lhe uma estreiteza de vistas que desmentem ao mesmo tempo as suas próprias contradições e as divergências dos seus continuadores: jacobinos, colectivistas, integralistas. Não seria menos injusto, pois que a sua influência apparece na política e na literatura de hoje, sustentar que êle cessou de responder às aspirações da alma moderna. A sua obra, da qual uma grande parte subsiste, continua a impor-se ao respeito dos epígonos. Não é menos certo — provam-no os trabalhos recentes do Sr. Fidelino de Figueiredo e do Sr. António Sérgio — que Oliveira Martins perdeu muito como historiadôr. Podemos conceber por três processos a revisão da sua obra, cuja oportunidade ninguém actualmente contesta. A primeira consistiria em opor às suas generalizações provisórias os resultados definitivamente adquiridos, no decorrer dos úl-

(1) Cf. Aubrey F. G. Bell, *The Oxford book of portuguese verse*, « The cossantes are celtic (a term perhaps more convenient than scientific in this connexion) » pág. x.

timos anos, pela erudição. *O Bosquejo da história de Portugal*, do Sr. António Sérgio, fornecer-nos-ia, sob este ponto de vista, os elementos duma perfeita realização (1). Poder-se-ia, por outro lado, surpreender o historiador no seu trabalho, com a atenção dirigida para os seus métodos de informação e de composição. O Sr. Fidelino de Figueiredo fê-lo num estudo que revela, mesmo quando examina as obras mais fortemente escoradas, as mais objectivas na aparência, a intervenção incessante da imaginação criadora (2).

Resta, finalmente, um terceiro processo, que é o da investigação das fontes. O Sr. António Sérgio applicou-o com o mais feliz êxito no prefácio muito sugestivo que colocou à frente da colectânea dos

(1) *Bosquejo da história de Portugal*, por António Sérgio. Lisboa 1923.

(2) Fidelino de Figueiredo, *História da Literatura Realista*, 2.^a edição. Lisboa, 1924.

A estas observações nós juntaremos um exemplo. Oliveira Martins, que admite, nos *Filhos de D. João I*, as viagens fabulosas do Infante D. Pedro, reconstitui o aspecto das regiões que o príncipe teria podido visitar entre 1418 e 1428 utilizando para isso as relações de Pantaleão de Aveiro (1596), de Rogeri (1646), de Della Valle (1661).

Este desprezo pela cronologia choca tanto mais quanto é certo que o historiador se serve, no mesmo capítulo, de documentos originaes que nos informam sobre a permanência do Infante em Bruges, Roma e Veneza.

Dispersos (1). Intentemos nós, agora, depois do Sr. António Sérgio, estabelecer, esboçando uma lista embora incompleta dessas influências, que a filosofia da história (a parte mais apreciada e ao mesmo tempo a mais caduca da obra do grande polígrafo), em lugar de resultar, *a posteriori*, do exame imparcial dos factos, lhe foi, nas mais das vezes, fornecida *a priori* por alheios.

Oliveira Martins, antes mesmo de pretender a notoriedade, fêz parte de um grupo militante. As suas primeiras relações com a Escola de Coimbra datam de 1869. Tinha já escrito por esta época o romance *Phoebus Moniz*, obra que mais tarde renegará. Tenta transportar para o teatro a *Visão dos tempos* de Teófilo Braga, e relaciona-se então com um discípulo de Engels e de Carlos Marx, o suiço Fontana, teórico da Internacional operária. Uma permanência de quatro anos na Andaluzia veio, sem dúvida, arrancar o principiante às influências do cenáculo, mas o impulso inicial deve-o aos chefes desse grupo. Ora os seus companheiros de luta, que tinham sobre ele a vantagem duma formação universitária completa, oscilam entre os dois polos magnéticos: a cultura francesa — que abarca o liberalismo, o republicanismo, o socialismo, — e a cultura alemã que, mais modesta-

(1) Oliveira Martins, *Dispersos*, tom. 1. Publicações da Biblioteca Nacional, 1923.

mente, se apresentava sob o aspecto da metafísica e da filologia.

Desta oscilação entre o *francesismo* e o *germanismo* resulta uma instabilidade que Antero de Quental, alma inquieta, já torturada pela dúvida, reconheceu lealmente (1) e que Oliveira Martins, mais realizador que utópista, pensa transformar num sistema dualista de explicação.

Julgamos suficientemente demonstrado, em todo o caso, que as primeiras influências intelectuais que ambos receberam foram de origem extra-peninsular. Não se esperava de Espanha, durante este período agitado que decorre de 1869 a 1874, mais que uma ajuda, material ou moral, para sacudir o jugo da monarquia. Trabalhava-se então, tanto dum lado como do outro da fronteira, para realizar a união ibérica. A obra de Pi y Margall sobre as nacionalidades orienta os espíritos revolucionários para o federalismo (2). Al-

(1) « Em todo o caso o hegelianismo foi o ponto de partida das minhas especulações filosóficas... Como acomodava eu este culto pelas doutrinas do apologista do Estado prussiano com o radicalismo de Michelet, Quinet e Proudhon? Misterios da incoerência da mocidade! » *Carta autobiographica de Antero de Quental*, publicada em *O doutor Stork e a literatura portuguesa*, por J. Leite de Vasconcelos, pág. 269.

(2) A doutrina de Pi y Margall provém do *Príncipe Federatif* de Proudhon. Ele já tinha dado um resumo dele em 1873 na *Reacção e Revolução*. A sua obra sobre *As nacionalidades* é de 1876.

guns, no seu desejo de confraternização, vão até ao ponto de renegar a idea da pátria (1).

Oliveira Martins desempenhou, entre as duas nações, o papel activo de intermediário. Permaneceu quatro anos em Espanha como administrador das minas de Santa Eufémia, na Província de Córdova. Lá voltou em 1891 para realizar no Ateneu de Madrid uma conferência sôbre as grandes descobertas. Lá o encontraremos, de novo, em 1894, nas vésperas da sua morte, quando tomou a precaução, antes de redigir o seu *Príncipe Perfeito*, de ir estudar directamente o campo da batalha de Toro. Nunca português algum falou mais congruentemente, com mais simpatia e clarividência, do carácter castelhano. Nenhum foi mais fortemente impressionado pelos aspectos grandiosos da paisagem (2).

Desta adesão platónica à quimera do iberismo, dêste contacto prolongado com um pòvo que êle

(1) «Eu por mim, pondo de parte tòda a poesia e tòda a sentimentalidade, contentar-me-ei de afirmar aos patriotas portuguezes esta verdade de simples bom senso : que nas nossas actuais circumstâncias, o único possivel e lógico de verdadeiro patriotismo consiste em *renegar a nacionalidade* ». É assim que se exprime Antero de Quental no *Portugal perante a revolução de Espanha* (1868). Citado por Teófilo Braga em *As modernas ideas na literatura portuguesa*, tòm. II, pág. 185.

(2) Cf. Oliveira Martins, *Cartas Peninsulares*, 2.^a ed. Lisboa, 1924.

amava e de quem — o que é mais raro e mais meritório — elle tinha conseguido fazer-se amar (4), Oliveira Martins devia, como historiador, tirar uma lição fecunda. Não abordará os problemas concernentes à geografia, e etnografia, as instituições da Península se não depois de se ter libertado de todo e qualquer preconceito nacionalista.

Não se poderá dizer, não obstante, que tenha recebido dos espanhóis, seus amigos, indicações de método. Algumas pinceladas brutais ou fantasistas, à maneira de Goya, uma vaga reminiscência dos *Sainetes* de Ramón de la Cruz quando elle pinta o sec. 18 português, eis, assim se me afigura, a que se reduz a influência intellectual dum país que adorna mais o artista do que ilumina o historiador. Bem ao contrário, é legítimo sustentar que elle deu mais que aquilo que recebeu. Aquele estudo comparativo entre a propriedade individual e a propriedade colectiva nas comunas da Mancha e da Andaluzia, anuncia, desde 1883, o *Colecti-*

(4) « Com profunda tristeza foi recebida na mina a noticia de que Oliveira Martins breve deixaria o seu lugar, saindo de Espanha. De luto consideravam o dia da partida; ninguém foi ao trabalho. Um enorme cortejo formado por creanças, mulheres, e homens, precedia, pelas veredas da Serra Morena, os seus protectores, durante o percurso que separa Santa Eufémia da estação de Almaden, causando assombro tão imponente manifestação ». Esboço biográfico por seu irmão, *Cartas Peninsulares*, pág. 13.

vismo agrário (1) de Joaquim da Costa. Ora o mérito da geração de 1898, que deveria mudar a orientação da literatura espanhola, consiste precisamente em olhar a Península debaixo do ponto de vista « europeu ».

Não nos apercebemos que Oliveira Martins, a-pesar da admiração que professava pelo génio latino e mais tarde pelo cesarismo, tenha sofrido influência do pensamento italiano. Em 1862, quando não era mais que um modesto empregado da firma Ellicott Abreu, a vinda do príncipe Humberto tinha desencadeado em Coimbra o entusiasmo duma juventude fanatizada por Garibaldi (2).

O que ela mais apreciava nos continuadores da antiga Roma, era o carbonarismo. Sem dúvida, o historiador falará dos *corsi* e dos *ricorsi* de Vico, mas somente para o refutar com os argumentos de Cournot (3). Encontramo-lo, mesmo, a defender, contra a escola de Lombroso, o direito de punir, que definiu: « o remorso erigido em fun-

(1) *Quadro das instituições primitivas*. Lisboa, 1883, pág. 117.

(2) Antero de Quental, em nome da mocidade universitária, diz ao príncipe: « Senhor, nós não vimos saudar aqui o filho do rei Victor Manuel, o herdeiro da Coroa de Itália, mas sim o amigo de Garibaldi ». Citado por Braga: *As modernas ideas da literatura portuguesa*, tòm. II, pág. 118.

(3) *As raças humanas*, tòm. I, pág. 52.

ção colectiva » (1). Mas do facto de êle ter querido fundar sôbre o *Príncipe* de Maquiavelo uma filosofia da história devemos sômente concluir, assim como o mostraremos mais adiante, que êle sofreu o ascendente, aliás durável e eficaz, de Fichte e de Hegel (2).

Já a influência inglesa se nos afigura menos para desprezar. Êle utiliza as notas dos viajantes. Da mesma maneira que Rebêlo da Silva tinha observado o séc. XVIII português pelos óculos de Beckford, Oliveira Martins, para nos fornecer um conceito do miguelismo, consulta Kinsey e Shaw (3).

É levado, com êles, a transformar Lisboa, capital da reacção, em uma cidade suja e fanatizada pelo papismo. A influência dos historiadores, dos filósofos, dos sociólogos faz-se sentir pela mesma época. Não se pode determinar, aproximadamente, a data. Em 1879, desconhecia Buckle, do que Teófilo Braga

(1) *Instituições primitivas*, pág. 238.

(2) Cf. o *Príncipe Perfeito*, 3.^a ed. Lisboa 1923, pág. 96 e 123.

«Por isso todo o *príncipe* é pessoalmente immoral. É *perfeito* quando a ideia geradora é justa e bela, ex., D. João II, Augusto; é *monstro* quando a ideia é incoerente, absurda ou satânica». Vid. Fichte, *Ueber Machiaveli*, e Hegel, *Die Verfassung Deutschlands*. Citado por M. Andler, *Les origines du pangermanisme*, 1880 a 1888 Paris, 1915.

(3) *Portugal Contemporâneo*, 4.^a ed., tòm. I, pág. 58, 240, 242, 256, 260, etc.

o censurou. Empenhou-se por, na segunda edição da sua *História da Civilização Ibérica*, reservar um lugar ao pensador inglês, mas sem todavia se deixar convencer. Nunca admitirá que o fanatismo religioso dos Espanhóis e dos Portugueses provenha dos tremores de terra. No entanto, à medida que êle avança no campo das investigações antropológicas, etnográficas e da economia política, a importância da documentação inglesa aparece-lhe mais valiosa. Assim applica à história das sociedades antigas ou modernas o evolucionismo de Spencer, corringindo-o com o idealismo de Hegel, opondo aos factores externos, solo e clima, os factores internos: idiosincracia, aspirações comuns do *Volksgeist* (1). Por outro lado, colhe em Summer Maine, seu guia em matéria de instituições (apelida-o o Montesquieu do nosso tempo) (2) uma definição do direito abstracto, universal, que é a própria negação da tese alemã de Savigny e de Bluntschli, porque o racionalismo inglês, ao qual se conserva fiel em nossos dias a escola sociológica de Frazer, lhe permite, em face das conclusões últimas dos discípulos de Haeckel, manter o absoluto na lógica e o absoluto na moral. É assim que Oliveira Martins, retido um pouco sôbre o pendor do germanismo, é arrastado pelas suas leituras inglesas a esta admi-

(1) *As raças humanas*, tòm. I, pág. 68-74.

(2) *Quadro das Instituições primitivas*, pág. 102.

ração pelo séc. xviii francês que lhe inculcaram, já na sua mocidade, Michelet e Quinet. Mas o ultimatum de 1890 veio abalar, definitivamente, aos olhos dos portugueses absorvidos nas suas empresas africanas, o prestígio intelectual da nação opressora.

Um contacto directo com os costumes ingleses, em 1892, provoca no antigo ministro da fazenda, que sofreu o jugo dos prestamistas estrangeiros, um movimento de revolta. Sem dúvida, admira a superioridade do « material humano » neste povo de colonos e negociantes, organizado, em consequência dos seus próprios defeitos, para vencer na luta económica. No entanto sente-se Latino na presença dos Anglo-Saxões (1) e proletário perante o capitalismo. Por isso, apenas colheu da sua viagem uma vasta documentação sôbre o trade-unionismo, argumentos a favor da tese de Carlos Marx sôbre a queda progressiva do juro do rendimento, e principalmente a convicção arrebada de que a alta cultura, a cultura desinteressada, não poderia ser apanágio das nações ricas de mais (2).

(1) *A Inglaterra de hoje*, Lisboa, 1883. pág. 86: « De resto, entre o processo intelectual dos continentais e o dos Ingleses ha uma diversidade absoluta. Nós compreendemos as cousas dedutivamente, por via de classificação e abstracção. Eles assimilam-nas à fôrça de atenção e memória... ».

(2) *Ibid.*, pág. 88: « Esses tipos superiores da classe intelectual, alheios a qualquer ideia de lucro, tipos que agora

Oliveira Martins deve mais aos seus compatriotas que aos Anglo-Saxões, e o contrário seria para admirar. O Sr. António Sérgio reconheceu-lhe o mérito de ter descoberto os economistas portugueses. Êle próprio, longe de o esconder, cita Severim de Faria, Nicolau de Oliveira, o Marquês de Castelo-Melhor, Luís da Cunha, Bonifácio de Andrada, Trigo, Caetano do Amaral. Ê do primeiro que êle recebe a tese, depois tão discutida, da colonização interior do Alentejo (1). Não ignorará, outro-sim, pelo menos depois do aparecimento da sua *História de Portugal*, as memórias económicas da Academia das Ciências de Lisboa.

Uma grande figura, anterior a êle, dominava a história portuguesa, Alexandre Herculano. Não poderia deixar, retomando os mesmos assuntos, de se submeter ao seu ascendente; encontrar-se-á, nos capítulos que êle consagra à Idade-Média, a teoria do municipalismo, que o seu predecessor tinha levado até negar a existência dum feudalismo peninsular. A idea da perpetuidade do direito romano, desde a queda do império até ao renas-

a memória me personaliza em Pasteur na França, em Helmholtz na Alemanha: sábios que podiam a estas horas ter mais dinheiro que todos os Cresus modernos: essa flor augusta da intelectualidade social, em vão se procuraria na Inglaterra cartaginesa. Ê ainda a falta de qualidades metafísicas e estéticas.»

(1) *Antologia dos Economistas Portugueses*, I, pág. 221, 227, 328.

cimento, promanava de Savigny. Tinha-se imposto, por intermédio do *Cours d'histoire moderne* de Guizot, à geração romântica. Oliveira Martins concluirá como o seu mestre, e contrariamente ao que depois escreveu D. Eduardo Hinojosa, pela ausência dum *feudalismo sistemático* em Espanha (1).

Como já havia feito o seu antecessor, consagrar-se-á a reconstituir os pontos da evolução que conduzem da servidão à liberdade (2). Que ele tem, nesta pretensão francamente afirmada de considerar a evolução do povo português como excepcional, um preconceito nacionalista e rácico, não o podemos contestar. Seria fácil multiplicar os paralelos entre as comunas e os *concelhos*, as cartas e os *forais*, os *francs-archers* e os *cavaleiros-vilãos*. Não impede isto que Oliveira Martins te-

(1) *História da Civilização Ibérica*, pág. 149: «Este facto central, onde as invasões de bárbaros mais cruéis do que os árabes tinham revolucionado de um modo profundo a população e a riqueza, é a principal causa da excepção que se dá na história peninsular, isto é, da ausência dum feudalismo sistemático, por isso que os reis encontram logo nas populações mosárabes e nos seus municípios pontos de apoio enérgicos para contrariar as pretensões dos barões guerreiros». Cf. Herculano, *Da existência ou não existência do feudalismo em Portugal*, *Opusculos*, t. V, *Controvérsias e estudos históricos*, t. II.

(2) Comparar Oliveira Martins, *Hist. da Civilização Ibérica*, pág. 199, e Herculano, *Do estado das classes servas na Península*, *Opusculos*, t. III, *Controvérsias e estudos históricos*, t. I.

na excedido, aduzindo-lhe argumentos novos, o municipalismo anti-feudal do seu iniciador. Devem-se-lhe páginas extremamente vigorosas e penetrantes sôbre o carácter fundamentalmente democrático das instituições da Península.

Duas circunstâncias deviam limitar a influência do solitário de Vale de Lobos: a primeira, o facto de êle se ter dedicado, quási exclusivamente, à história da Idade-Média; a segunda, a oposição irreductível entre o seu liberalismo temperado, de tradição católica e monárquica, e o cesarismo igualitário do seu continuador socialista. Com Antero de Quental, pelo contrário, a comunidade de doutrina, por um fenómeno de endosmose, foi absoluta. As suas relações tinham começado por 1868. Encontravam-se em casa de Batalha Reis, no cenáculo da travessa do Guarda-mor (1). O chefe dos revolucionários de Coimbra impunha-se ao mesmo tempo pelo prestígio do seu físico de bom gigante, pela nomeada das suas façanhas de estudante em revolta aberta contra a sociedade hierarquizada, por uma curiosidade ardente, um ardor discursivo que galvanizaria os diletantes mais cépticos, emfim, e era o que devia sobretudo agir sôbre a natureza recta, profundamente sincera, de Oliveira Martins, pela coragem com que êle se preparou, aprendendo o ofício de tipógrafo, tra-

(1) Cf. António Cabral, *Eça de Queiros*, 2.^a edição, 1920, pág. 110.

jando a blusa de operário, para o seu apostolado futuro: « Fui durante uns 7 ou 8 anos uma espécie de pequeno Lassalle, e tive a minha hora de vã popularidade » (1). Que a viagem de Antero à França e à América tivesse tido lugar — é questão debatida, — em 1867, 1868 ou 1869, nada nos impede de supor que Oliveira Martins dêe recolheu impressões e ensinamentos. Como seu tomou o pessimismo que serve de base a *Portugal perante a revolução de Espanha* (2).

E a ossatura da sua história é tirada do panfleto que o seu mentor intitulava, em 1871, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Também Antero de Quental, no resumo tendencioso que fez da obra do seu discípulo para a *Revue universelle et internationale em 1884* (3), aparece, se não a reivindicar ideas, pelo menos a falar em nome próprio:

«Em 1580, depois do desastre de Alcácer-Kibir, Portugal estava realmente morto. A obra fecunda e gloriosa da sua vida histórica estava acabada, mas o labutador heróico jazia extenuado. A aplicação grandiosa, durante três quartos de

(1) *Carta autobiográfica*, ob. cit., pág. 269.

(2) Antero disse em 1868: « Portugal é uma nação enferma e do pior género de enfermidade, o langor ». Cit. por Braga, *As modernas ideas da literatura portuguesa*, tòm. II, pág. 184.

(3) Reproduzido na brochura de Antero de Quental: *Oliveira Martins, O Critico Literário, O Economista, O Historiador, O Publicista, O Politico*, Lisboa, 1894, pág. 46.

século, dum falso sistema de exploração colonial, arruinara o país, e revolucionara profundamente a sua constituição social; o jesuitismo, por outro lado, tinha espessado ou pervertido a sua inteligência, quebrado a sua energia moral, falseado o seu livre génio, e, sufocando todos os germes do espírito moderno que a Renascença semeara tão abundantemente, paralizado todo o desenvolvimento interior e morto o futuro. Filipe II reunindo Portugal à coroa de Espanha não fêz mais que colhêr um fruto amadurecido. A história de Portugal deveria terminar ali; a restauração nacional de 1640 fôra um facto em grande parte artificial, possível sòmente pelo abatimento da Espanha, que perdera a sua fôrça de atracção. O Portugal que ressurgê nesta data não se parece nada com o outro, nada da sua nobre fôrça, do seu génio audaz. Não é mais que um triste bastardo, um ser definhado e mal vindo, o produto artificial da diplomacia que o seu grande amigo, o Inglês herético, protege, maltrata, diverte, explora. Pela sua própria fôrça não se manteria de pé: é justo que êle pague a quem o sustém. Pagará com os restos da sua nobre herança, com as suas colónias que desaparecerão, umas após outras, a aumentar o império do novo reino dos mares: pagará com tratados de comércio, que o arruinarão em proveito do seu leal protector. A isto se chama a gloriosa restauração portuguesa de 1640 — obra nefasta entre tôdas, que desmembrou a Espanha e comprometeu durante séculos, talvez para sempre, o futuro da península ibérica (1)».

Nada mais antiquado, certamente, que esta página veemente, inspirada num negro pessimismo

(1) Antero de Quental, *Oliveira Martins*, Lisboa, 1894, pág. 46.

Tradução portuguesa do original inserto apud vol. III das «Prosas». Imprensa da Universidade de Coimbra. (N. T.).

à Schopenhauer. Os historiadores contemporâneos não estão longe de afirmar que o século que assistiu à reforma de Pombal e à criação da Academia das Ciências de Lisboa foi uma época de restauração económica e de renovação intelectual. Já Balbi e Ferdinand Denis, embora que refractários à metafísica, se aperceberam disso, um e outro em 1830. É conveniente, porém, lembrar, para desculpa de Oliveira Martins, que o seu mestre, nesta depreciação do génio ibérico, do qual contudo tanto desejava a elevação e o desenvolvimento integral, ia muito mais longe que o celeberrimo Masson de Morvilliers :

«Nos últimos dois séculos não produziu a Península um único homem superior, que se possa pôr ao lado dos grandes criadores da ciência moderna; não saiu da Península uma só das grandes descobertas intelectuais, que são a maior obra e a maior honra do espírito moderno. Durante 200 anos de fecunda elaboração, reforma a Europa culta as ciências antigas, cria seis ou sete ciências novas, a anatomia, a fisiologia, a química, a mecânica celeste, o cálculo diferencial, a crítica histórica, a geologia; aparecem os Newton, os Descartes, os Bacon, os Leibnitz, os Harvey, os Buffon, os Ducange, os Lavoisier, os Vico — onde está entre os nomes destes e dos outros verdadeiros heróis da epopeia do pensamento, um nome espanhol ou português (1)?

(1) A. de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares*, Pôrto, 1871, pág. 13 a 17.

Depois da demolição a reconstrução. O optimismo tardio de Oliveira Martins não serviu de nada, ou quasi nada, para as soluções positivas de Teófilo Braga. Não se entendiam completamente a não ser sobre os pontos onde este último se afasta resolutamente do comtismo. Sabe-se que o teórico português, como o chefe da escola, longe de falar com respeito do catolicismo, com simpatia, da Idade-Média, interpretava livremente e num sentido que poderia agradar aos leitores de Michelet e de Quinet, a teoria das três épocas. A conversão de Oliveira Martins à idea de pátria não foi de ordem filosófica. Só acreditou na nação viva, eterna, no dia em que a viu ameaçada no seu património hereditário. Podemos seguir a repercussão do ultimatum inglês nas suas cartas a Eça de Queirós. O romancista que, como fino diplomata, tinha previsto, dois anos antes da brutal ingerência, a necessidade de mudar de rumo (1), escrevia em 1890, sob uma emoção pungente: «É impossível que não haja algumas centenas de homens que, sinceramente, lealmente, desejem saber *o que é preciso fazer* e que queiram, sinceramente, *fazer o que é preciso* » (2). As consequências desta reconciliação, na hora crítica, de duas grandes almas humilhadas, podemos constatá-la, não somente numa carta de Eça de Queirós que

(1) A. Cabral, *Eça de Queirós*, pág. 419.

(2) *Ibidem*, pág. 432.

se converteu — ¿ou será uma bizzarria sua? — à ditadura tal como a comprehendiam os « *Katheder-Socialisten* » (1), mas ainda e sobretudo em Oliveira Martins que se consagra, para reparar os seus pecados, às grandes biografias educativas publicando na *Revista de Portugal*, dirigida pelo seu amigo, uma apologia da segunda dinastia: *Os Filhos de D. João I.*

Quanto à influencia do germanismo, indicada pelo Sr. António Sérgio, domina ella tãda a obra do historiador e do sociólogo. A principio exerce-se indirectamente. Oliveira Martins leu Savigny nas traduções italianas e Ranke nas traduções francesas. Dois iniciadores o encorajavam neste caminho. Herculano orientava-o para os juristas, Antero de Quental para os metafísicos. Teve um momento, difficil de precisar, em que a sua curiosidade recorreu aos textos. Nós crêmo-lo muito anterior à viagem que fêz a Berlim em 1890, como delegado à Conferência Internacional. Elle podia, desde o principio da sua carreira, conhecer Hegel pelas traduções de Véra e pela obra já disseminada em França, de Charles de Rémusat (2) sôbre a moderna filosofia alemã.

(1) « É necessário um *sabre* tendo ao lado um *pensamento*. Tu és capaz de ser o homem que pensa — ¿mas onde está o homem que acutila? », *ibid.*, pág. 440.

(2) Carta autobiográfica de Antero de Quental, *ob. cit.*, pág. 268.

Dêste primeiro contacto, conservou o hábito de ver em tudo antinomias (sentimento e intelligência, moral e determinismo, liberdade e autoridade) e de resolver as oposições, quer se tratasse de alfândegas, de farinha ou emigração, pela identidade das contraditórias. Um livro essencial parece ter modificado os seus pontos de vista sôbre a história: os *Grundlinien der Philosophie des Rechts*. Adere à tese da sociedade superior aos indivíduos (1), admitindo, com tôdas as suas conseqüências, a concepção hegeliana do maquiavelismo (2):

«... Ver-se-á como na história duma civilização os caracteres particulares das acções dos homens, fundindo-se no sistema geral de princípios e leis que os determinam, perdem individualidade, e não valem senão como elementos correspondentes de um todo superior; que sejam humanamente bons ou maus, nada importa, porque só nos cumpre atender ao destino que os determina, e a moral é um critério incompetente para a esfera ou categoria colectiva de que se trata. Na esfera dos movimen-

(1) Vid. § 258 «indem (o Estado) objectiver geist ist, so hat das Individuum Selbst nur Objectivitat, Wahrheit und Sittlichkeit, als es ein glied desselben ist».

(2) Cf. Andler, *Le Socialisme d'Etat en Allemagne*, Paris, 1897, pág. 33. «Pode haver crimes contra o Estado, mas o Estado nunca será criminoso. Só êle é a liberdade, e não é mau que a liberdade se funda, mesmo que seja pela fôrça». — Os heróis satisfazem as necessidades do seu tempo por actos que podem ser injustos perante a moral vulgar, *Philosophie des Rechts*, § 350.

tos de instituições e ideas, na categoria da vida social, as acções dos homens são sempre absolutamente excelentes, porque a supremacia da sociedade sôbre o individuo consiste no facto da existência de uma consciência superior da Idea, no organismo que se diz sociedade... Um saltador é, não raro, um verdadeiro herói; a perfídia é uma virtude, a crueldade é um titulo de glória, porque o espirito colectivo substitue o critério moral e abstracto pelo critério histórico, o qual tem como base a consagração dos factos consumados » (1).

Por conseguinte, contrariamente a Spencer que, na explicação dos factos históricos, reserva um lugar importante aos factores externos, solo e clima, as suas preferências irão para o factor moral, para o espirito de grupo, para a alma colectiva (Volksgeist). Ora, segundo Savigny e Bluntschli, adversários do racionalismo francês, o qual admite a existência dum direito abstracto, comum a todos os homens, devemos considerar a evolução de cada povo como um facto único, sem precedência nem analogia. Nós vimos como esta concepção, aplicada ao municipalismo da Idade-Média, inspirou sucessivamente Alexandre Herculano e Oliveira Martins, discípulos, pelo mesmo titulo, dos juristas alemães. Mas o que parece ter sobretudo preocupado o segundo, é, na *História da Civilização Ibérica*, o problema hegeliano das relações entre a sociedade e o individuo. Parece, com efeito, que, depois de ter sofrido a influencia de

(1) *História de Portugal*, tómo I, pág. XI e 78.

Ranke, reforçada por Carlyle, que confere aos homens representativos um papel preponderante, se inclina para a solução de Lazarus e da *Völkerpsychologie*, de Lilienfeld e do organicismo.

As nações são, com efeito, seres colectivos e o seu desenvolvimento é, em tudo, análogo ao dos seres individuais. A biologia, ou ciência da vida, abraça também a história. Os órgãos do corpo social apresentam-se, primeiro, como esboços rudimentares; e o conjunto possui apenas o carácter de agregação. À medida que a acção e reacção dos diversos elementos obriga cada um deles a definir-se e a especializar-se, vai aparecendo o princípio de coordenação comum, espécie de princípio vital social: assim também da primitiva agregação celular sai o organismo. Logo, porém, e à maneira que se desenvolve e tende a atingir a perfeição típica, a sociedade gera em si um pensamento que é ao mesmo tempo o norte que dirige, a mola interior que move, o ser orgânico no seu desenvolvimento e afirmação: assim também o corpo, uma vez constituído, é num sentido a origem do pensamento e em outro o seu produto. Ora o próprio do pensamento é a expansão; e, se a vida orgânica a si própria se satisfaz, a vida moral tem isto de particular e novo: necessita de imprimir o cunho próprio a tudo o que vê.

A história de uma civilização consiste, pois, em três grandes épocas; e o historiador tem de, com elas, mudar de campo de observação. Na primeira, a agregação dos elementos reduz a história à narrativa dos factos e à descrição das condições do meio; na segunda, a organização obriga-o a estudar a concatenação sistemática das instituições, os costumes, os movimentos de classes; na terceira, finalmente, a íntima corrente da história só se encontra nas deduções das ideas e na natureza dos sentimentos colectivos...

Quando as nações, depois de uma lenta e longa elaboração, atingem êsse momento culminante em que tôdas as forças do organismo colectivo se acham equilibradas e todos os homens compenetrados por um pensamento a que se pode e deve chamar alma nacional — porque o mesmo carácter tem, nos indivíduos, aquilo a que chamamos alma — é então que, por um misterioso gènesis, se dá um fenómeno a que também chamaremos a síntese da energia colectiva. A nação aparece como um ser, não já apenas mecânico, quais são as primeiras agregações; não sòmente biológico, como nas épocas de mais complexa e adiantada organização; mas sim humano — isto é, além de vivo, animado por uma idea. Nestes momentos sublimes, em que a árvore nacional rebenta em frutos, o génio colectivo, já definido nas consciências, realiza êste mistério que as religiões simbolizaram na encarnação de Deus. Encarna, desce ao seio dos indivíduos privilegiados; e dessa forma, adquirindo o quer que é de forte que só no coração dos homens existe, actua de um modo decisivo e heróico.

Tôdas as grandes épocas das nações se afirmam por uma pléiade de grandes homens, em cujos actos e pensamentos o historiador encontra sempre o sistema de ideas nacionais, anteriormente elaboradas de um modo colectivo, actualmente expressas de um modo individual. O herói vale pela soma de espírito nacional ou colectivo que encarnou dentro dêle; mas num dado momento os heróis consubstanciam a totalidade dêsse espírito (1).

Bastaria esta página para provar que Oliveira Martins conheceu directamente os historiadores e os sociólogos alemães. A tese do organicismo,

(1) *História da Civilização Ibérica, o génio peninsular*, pág. 234.

representada além-Reno por Schäffle e Lilienfeld, só foi conhecida entre nós em 1896 com a obra do Sr. René Worms e não teve, se bem que Espinas tivesse tentado rejuvenescê-la, senão uma existência efémera. São conhecidos os argumentos com que Tarde combateu esta transposição arbitraria de hipóteses biológicas. Na evolução orgânica das sociedades não via senão uma propagação de imitações ou uma série de invenções. Por outro lado, se se notar que a *Zeitschrift für Völkerpsychologie*, que deveria transformar-se na *Zeitschrift des Vereins für Volkskunde*, não foi conhecida do grande público francês senão por um trabalho recente do Sr. Bouglé, *Les sciences Sociales en Allemagne* (1), temos de admitir uma influência directa dos sociólogos de além-Reno sobre Oliveira Martins. As sociedades, para Lazarus, são princípios espirituais. A sua essência está nas próprias almas. Nem todos os indivíduos são igualmente possuidores do espírito de grupo. Os homens de génio, ao mesmo tempo activos e passivos, produzem obra de criadores precisamente porque respondem às secretas aspirações da consciência colectiva.

É ainda aos teóricos alemães que Oliveira Martins deve a maior parte das suas ideas sobre as raças e as religiões. Documentou-se, em matéria de etnologia, no tratado de Fr. Müller, publicado

(1) Paris, 1896.

em Viena em 1873 e reeditado em 1876. A tese Gobinista da superioridade do dolicocefalo loiro estava já constituída e conserva, ainda hoje, algum prestígio nos países onde se fala a língua portuguesa. O Sr. Teixeira de Pascoais, teorizador do Saudosismo (1), continua a opor os Árias aos Semitas. Um Brasileiro, o Sr. Oliveira Viana (2), num livro aliás excelente, atribue a energia e o espirito de iniciativa dos *bandeirantes* à ascendência germânica da aristocracia peninsular. Admira notar-se esta voga dum Gobineau e dum Vacher de Lapouge nos Estados da Europa Meridional ou nas repúblicas Sul-Americanas, países a que nem um nem outro concederam senão uma pequena parcela de Arianismo. É possível que a influência de certos filhos de emigrantes, à frente dos quais convém citar o historiador Varnhagen, tenha contribuído, pela propaganda, ou pelo exemplo, para reforçar o preconceito. Antero de Quental, ainda que socializante, gostava de lembrar as suas origens nórdicas (3). Dai, o desígnio de Oliveira Martins de justificar, históricamente, o

(1) *Arte de ser português*, Pôrto, pág. 76.

(2) Oliveira Viana, *Evolução do Povo Brasileiro*, S. Paulo, 1923; *Populações meridionais do Brasil*, S. Paulo, 1922.

(3) Antero de Quental, *In memoriam*, Pôrto, 1896, pág. 387: «Falou dos seus ascendentes, do feitio nórdico, que muitos dos Quentais e Bettencourts tinham tido». O artigo é da Senhora D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos.

comércio da escravatura. Sem dúvida é capaz, em virtude da sua fé democrática, de ter dó dos escravos e não ignora o belo poema que o Brasileiro Castro Alves tirou do *Tamango* de Prosper Mérimée. No entanto, admite como postulado, acolhendo-se à autoridade de Schweinfurth e de Gervinus, a inferioridade congénita dos negros (1). Prevê, antes de Gumplowicz, a progressiva eliminação das raças fracas. Por conseguinte, julga-se obrigado a protestar contra o que faz a glória dos seus compatriotas: as leis humanitárias inspiradas pelos jesuítas, o sistema de Albuquerque de assimilação pelo cruzamento (2). A escravatura, segundo afirma, foi um mal necessário: Criou o Brasil (3). Rodbertus, um socialista catedrático,

(1) *O Brasil e as colónias portuguesas*, 4.^a ed., Lisboa, 1904, pág. 284: «Os resultados presentes falam em vão porque, diz Gervinus, tôdas as lições da História são perdidas para aquele que continua a atribuir as mesmas aptidões a tôdas as raças humanas; depois das experiências políticas do Haiti, depois das experiências sociais da Libéria, etc...».

(2) *Ibid.*, pág. 51: «foi uma das nobres chimeras do espírito cathólico no século xvi; e é no xix a repetição dum desvario igual do sentimento philantrópico. A Serra Leôa e a Libéria, missões dos sympáticos sucessores dos Jesuítas, dão a prova da limitada capacidade das raças negras».

(3) *Ibid.*, pág. 52: «Também a escravidão dos negros foi o duro preço da exploração da América, porque sem ela o Brasil não se teria tornado no que vemos».

não resolveria doutro modo. Oliveira Martins seguirá mesmo o paradoxo até preconizar, como meio de exploração das colónias, o trabalho forçado dos indígenas (1).

A *Symbolique* de Creuzer — Eça de Queirós vem prová-lo (2) — deixara entre as gerações de Coimbra um profundo sulco. Em 1882, quando Oliveira Martins compôs o *Sistema dos mitos religiosos*, encontrou-se em presença de explicações novas: por um lado o animismo, representado por Tylor e Spencer, que une o sentimento religioso à dupla vida da alma no estado de vigília e no estado de sonho — êle reterá alguma cousa no seu estudo sôbre a escatologia dos Egípcios; e o naturalismo, representado por Kuhn, Steinthal e todos os representantes da « *Völkerpsychologie* ». A religião, segundo êles, será a sobrevivência desta admiração que os povos primitivos experimentaram em presença de fenómenos meteorológicos. Oliveira Martins, que não podia prever o totemismo, devia converter-se à tese que reünia o maior número de sufrágios na Alemanha. Certamente, êle produziu obra original, pelo menos no

(1) *Ibid.*, pág. 233: « Acaso se poderia criar para nós uma Java, se como os Holandeses descobrissemos um meio de tornar forçado o trabalho do negro, etc. »

(2) *Antero de Quental, In memoriam*, pág. 486 « conhecer os princípios das civilizações primitivas constituia então, em Coimbra, um distintivo de superioridade e elegância intelectual ».

que se refere à história das superstições na Península, contribuindo largamente para tal o folklore e legislação da Idade-Média. Notar-se-á nêlé muitas vezes uma tendência desagradável em tudo explicar na Bíblia pelos mitos solares. Além disso as suas preocupações naturalistas impediram-no de descobrir a verdadeira característica do bramanismo e do budismo, o qual se reduz, segundo Bournouf, a uma interpretação materialista e atea do Universo.

Oliveira Martins, desde 1872, ano em que começou a escrever *A teoria do Socialismo*, até 1893, data em que apareceu *A Inglaterra de hoje*, nunca deixou de fazer obra de propagandista. É talvez em *O Regime das riquezas* (1883) que se encontrará a exposição mais completa das suas ideas sociais. Liga-se, como se tem mostrado muitas vezes, à escola de Lassalle e de Rodbertus. Iniciou-se talvez em duas obras, *Die Quintessenz des Socialismus*, de Schäffle, publicado em 1874 sem nome de autor, ou mais verosimilmente *Le Socialisme contemporain* de Émile de Laveleye. Êle mantém com efeito, com o pensador belga, relações cordiais de confraternidade literária (1).

(1) A obra apareceu em 1881. Oliveira Martins dedicou a Laveleye o seu *Quadro das Instituições Primitivas*; Laveleye, por seu lado, citava Oliveira Martins na 4.^a edição da sua obra sôbre a propriedade.

A sua posição é a do colectivismo. Procura um meio termo entre o materialismo histórico de Carlos Marx e o idealismo de Hegel. Acha com o primeiro que a baixa progressiva da taxa do juro terá como consequência a volatilização do capital (1), mas, como os *Katheder-Socialisten*, acha necessária a intervenção do Estado para refrear a concorrência individual que conduz à reconstituição dum feudalismo económico (2). Lassalle pensava que uma república burguesa, tratando com atenção as classes abastadas, estaria menos pronta do que uma monarquia a impor uma barreira ao livre jôgo dos egoísmos. Daqui a aliança paradoxal com Bismarck. Sabe-se como esta harmonia foi perturbada pelas perseguições de 1878 (3). Oliveira Martins, a distância, conservava ilusões.

Logo que se decidiu, em 1885, a deixar a sua posição de republicano teórico e de socialista de gabinete para se lançar na acção, conservava a esperança de, unindo-se ao partido progressista, desempenhar o papel dum Pombal democrata (4).

(1) *A Inglaterra de hoje*, pág. 189 a 231.

(2) *Regime das riquezas*, pág. 205 a 209.

(3) Andler, *Le prince de Bismarck*, 1899, pág. 245.

(4) Oliveira Martins, *Dispersos*, vide o prefácio do Sr. António Sérgio, pág. LXI: «a força da intervenção seria o rei, e a cabeça êle, Oliveira Martins, e a elite intellectual que o rodeava. Assim o exigia a Razão de Estado, diante da qual devia apagar-se a própria ética individual, quanto mais as fórmulas das instituições.»

Estas concepções, que alguns julgarão caducas, refloresceram na Alemanha após a Guerra. A síntese hegeliana do cesarismo e a Social-Democracia encantam, agora mais do que nunca, os leitores de Spengler e de Keyserling.

Êste culto da fôrça conciliava-o Oliveira Martins, não saberemos dizer por que meios, com uma admiração persistente pelos pensadores de 1848. Não se nos afigura, vistas bem as cousas, que êle se ligue ao nosso século dezóito. Michelet, que êle tinha em alta estima, dispensava-o de ler o *Essai sur les moeurs*. Mas não podia ignorar a *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes*. Raynal fêz escola. Maldizem-no na Espanha, refutam-no na América. Mas está na base de todo o lipelo anti-colonial.

Depois das audaciosas tentativas de Colombo e do Gama, estabeleceu-se nos nossos territórios um fanatismo até então desconhecido: foi o das descobertas. Percorreram-se e continuam a percorrer-se todos os climas para um e para outro polo para aí encontrar alguns continentes a invadir, algumas ilhas a devastar, alguns povos para despojar, subjugar, chacinar (1).

As nações que mais adquiriram no Novo-Mundo, parecem ter recolhido ao mesmo tempo tôda a estupidez, tôda a ferocidade, tôda a ignorância do antigo. Tornaram-se vasadouro de vícios e de doenças, pobres e vis,

(1) *Histoire philosophique et politique, etc.*, Genève, 1780, tómo 10, pág. 473.

com o ouro, devassaç com templos e padres, preguiçosas e supersticiosas, com tôdas as fontes do comércio e tôdas as facilidades de se instruirem... (1).

Detenhamo-nos aqui e coloquemo-nos no tempo em que a América e a Índia eram desconhecidas. Eu dirijo-me ao mais cruel dos Europeus e digo-lhe: existem regiões que te fornecirão ricos metais, vestuários agradáveis, e manjares deliciosos. Mas lê esta história e vê por que preço te é prometida esta descoberta. ¿Queres ou não que ela se faça? ¿Julga-se acaso que haveria um ser tão infernal que respondesse: «Quero»? (2).

¿Não será esta a origem e como que a justificação do pessimismo estranho da *História de Portugal*? (3). Apressemo-nos, aliás, a observar, com o último biógrafo de Raynal, que as responsabilidades estão aqui partilhadas. Seria muito difícil determinar se as passagens mais violentas da *Histoire philosophique* são devidas à pena de Pechméja, de Deleyre ou de Diderot (4).

O que se lia principalmente de Michelet em Coimbra, entre 1865 e 1870, di-lo Antero de Quental: era o *Peuple*, o *Prêtre* e a *Sorcière*. Oliveira

(1) *Ibid.*, tómo 10, pág. 459.

(2) *Ibid.*, tómo 10, pág. 476.

(3) Cf. *História de Portugal*, tómo I, pág. 221. «Já na praia começava a levantar-se a basílica, monumento ingénuo dessa religião do comércio, erguido a Jesus e à Pimenta — os dois deuses que viviam no céu português (ou cartaginês): dois deuses piamente adorados, mas servidos ambos de um modo igualmente bárbaro.»

(4) Anatole Feugère, *L'abbé Raynal*, Angoulême, 1922.

Martins pôde colher nêle alguns dos severos juízos sôbre a Idade-Média. Mas era igualmente capaz de assimilar, melhor que ninguém, a substância duma obra que, segundo a própria fórmula do seu autor, tendia a ressuscitar a vida integral. Esforçar-se-á, como êle, por associar à interpretação filosófica dos factos, a visão concreta das cousas. Gostará de, num enérgico resumo, erigir um homem, um acto, um gesto, em símbolo duma época. Poderíamos multiplicar as comparações exactas. Três bastarão para estabelecer uma relação de filiação. *A História de Portugal* tem, como a *História de França*, uma introdução geográfica. O condestável Nuno Álvares é para a sua pátria o que foi para nós Joana d'Arc. Enfim um paralelo entre Luís XI e D. João II impunha-se ao autor do *Príncipe Perfeito*: nos dois monarcas, a mesma aspiração ao poder absoluto, a mesma necessidade de dominar a nobreza, o mesmo meio, a astúcia, a mesma pretensão de substituir a sua vontade à da justiça regular, a mesma desconfiança relativamente aos parentes, a mesma afecção de piedade.

De Quinet vem, com tôda a verosimilhança, a biografia de Inácio de Loiola (1), e o libelo contra a Companhia. Portugal, aos olhos de Oliveira Martins, é um novo Paraguay, ou melhor um «je-

(1) *História da Civilização Ibérica*, pág. 250.

suita colectivo» (1). O historiador francês tinha sido o primeiro, numa obra escrita de colaboração com Michelet (2), a declarar: «Não queirais assentar-vos a esta sombra; ela adormeceu e envenenou durante dois séculos a Espanha e a Itália».

Sabe-se que Proudhon foi o mestre incontestado da geração de Coimbra. Foi nêle que Eça de Queirós descobriu o realismo (3). Antero de Quental alimentava-se — Braga afirma-no-lo — da obra intitulada *De la Justice dans la révolution et dans l'église* (4).

Foi daí, segundo parece, que Oliveira Martins tirou os princípios orientadores da sua *Teoria do Socialismo* (5): a autonomia absoluta da consciência humana (6), a liberdade considerada como

(1) *História de Portugal*, t. II, pág. 99: «Filho amado, seu Paraguay da Europa, a Companhia reconheceu por fim que não lhe convinha ver Portugal agrilhado à vizinha Espanha...».

(2) *Des jésuites*, por Michelet e Quinet, Paris, 1843, pág. 125 e 127.

(3) António Cabral, *Eça de Queirós*, pág. 144. Ele teria consultado o livro intitulado *Du principe de l'art et de sa destination Sociale*.

(4) *As modernas ideas na literatura portuguesa*, t. II, pág. 136.

(5) Vide o resumo que dêle dá Antero de Quental, *Oliveira Martins*, Lisboa, 1894, pág. 33 — «Ele devia também muito a este pensador, tão mal compreendido ainda hoje, P. J. Proudhon», *ibid.*, pág. 42.

(6) *De la justice dans la révolution et dans l'église*, Paris,

único agente organizador e director da Sociedade (1), o trabalho tomado como única base do valor, a ampliação do crédito e da mutualidade (2), a assimilação dos patrões e dos operários que viriam fundir-se na nova classe dos trabalhadores iguais e livres (3). Proudhon tinha sido o inspirador dos primeiros anos.

A sua aura diminuirá no dia em que o seu discípulo português descobrir Lassalle e Schäffle.

Tem-se muitas vezes, e com razão, comparado a maneira de ser de Oliveira Martins à de Taine.

1858, tomo I, pág. 85. «Eis em que sentido preciso, expurgado de toda a reminiscência teológica e supranaturalista, eu me sirvo da palavra *imanência*. A justiça tem a sua sede na humanidade, ela é indefectível na humanidade, etc.»

(1) *Ibid.*, pág. 475. «Para mim, ao contrário, a economia é uma ciência na mais rigorosa acepção da palavra: ciência tendo por fim estudar uma ordem de fenómenos.»

(2) *Ibid.*, tomo II, pág. 268: «Que seja respeitada a liberdade individual; que se estabeleça o equilíbrio dos serviços e dos valores; que se torne recíproca a prestação dos capitais; que cesse a alienação das forças colectivas; que o Governo estabelecido sobre a democratização e a mutualidade dos grupos industriais, focos de forças colectivas, seja reformado segundo a lei da sua ponderação.»

(3) *Ibid.*, tomo I, pág. 350: «Eu já disse o bastante para convencer o leitor de que a Sociedade é um vasto sistema de ponderação cujo ponto de partida é a liberdade, a lei, a justiça, o resultado uma igualdade de condições e de fortunas cada vez mais aproximada.»

Num e noutro, a mesma preocupação do pitoresco, o mesmo abuso da metáfora transformada em explicação (Londres é a Cartago moderna), a mesma tendência em tudo reduzir à noção de raça e de meio (o infante D. Henrique é um fenício), o mesmo emprêgo do raciocínio dedutivo conduzindo a simplificações perigosas (é nas linhas do navio que se descobre a verdadeira estética dos Ingleses). Mas esta influência, que foi tão lamentável sob o ponto de vista histórico quanto foi salutar no domínio da arte, não se exerceu unicamente na ocasião da viagem a Inglaterra.

Ambos procuravam, com a preocupação de agir sôbre a opinião e talvez na esperança de mudar a marcha dos acontecimentos, a frase mordaz, a fórmula incisiva. Cumpre, contudo, observar que, manejando as mesmas armas, não combatiam do mesmo lado da barricada.

De Renan, Oliveira Martins tira duas teses que não podem de modo algum conciliar-se senão seguindo o sistema da trindade hegeliana: posição, opposição e composição. Explica a evolução do povo português ora pelo celticismo, ora, fazendo abstracção do solo e da raça, por um acto de vontade, a princípio individual depois colectivo.

Os Iberos, se acreditarmos d'Arbois de Jubainville (1), identificar-se-iam com os habitantes

(1) D'Arbois de Jubainville, *Les premiers habitants de l'Europe*.

dum mundo desaparecido: a Atlântida. Teriam ocupado, segundo os autores antigos, não só a Gália meridional e a Espanha, mas a África do Norte. Uma raça indo-europeia, os Ligures, tê-los-ia rechaçado. Assim se explicaria que a sua lingua tivesse desaparecido em tôda a parte, salvo no país basco. Desta pretendida assimilação, que admitia Bory de Saint-Vincent (1), mas à qual se começava a opor a hipótese de origem filandesa, o autor dos *Premiers habitants de l'Europe* não tirava nenhuma conclusão directamente applicável à história da Península Ibérica. Renan, entretantes, publica, em 1878, um estudo sôbre a sociedade berbere (2). Examinando os caracteres da linguagem falada na África do Norte, mostra a afinidade que a une ao «tuaregue» e aos idiomas do Sahara. Êle pergunta se não se encontraria no copto a possibilidade de fazer sair o basco da sua solidão lingüística. Em seguida descreve-nos as instituições: a paixão pela igualdade que sempre impediu os Berberes de constituir uma nação forte, homogênia, o papel preponderante desempenhado pela assemblea da aldeia, a *djemâa*, a organização de assistência que assegura as distribuições de mantimentos aos pobres e faz colaborar tôda a população na construção de casas, hábi-

(1) Hovelacque, *Précis d'Anthropologie*, Paris, 1887, pág. 578.

(2) Renan, *Mélanges d'histoire et de voyages*.

tos estes de solidariedade que, interessando tãda a familia e a aldeia, dão por seu turno origem ao *çof*, espirito de facção, causa duma anarquia permanente. Oliveira Martins, no ano seguinte, utilizava a maior parte dêstes materiais na *História da civilização Ibérica* (1).

O paralelo em forma que estabeleceu entre a comuna berbere e a comuna espanhola tinha, em si mesmo, um não sei quê de incorrecto. Há o direito de se attribuir ao historiador um pensamento político reservado. Êle atingia, pelo que podemos conjecturar, com um só tiro dois alvos. Por um lado, preparava os caminhos à União Ibérica demonstrando a identidade fundamental dos dois povos da península. Por outro lado, assimilando vencidos e vencedores, tirava todo o prestígio à cruzada e arruïnava a tradição católica. A sua explicação vale o que valem tãdas as hipóte-

(1) *História da Civilização Ibérica*, pág. 30: « Não só a *djemâa* como também a *anaia* são documentos de afinidade étnica, já não observáveis hoje na Península, mas conhecidos nos factos da história que os suprimiu. A *anaia* do Kaliba é o pacto de protecção recíproca, realizado na Espanha sob o nome de *behetria*; o *çof* é a liga que dêste lado do Mediterrâneo existia com o nome de *union*. Quando a anarquia dos tempos da Reconquista da Espanha aos árabes acordou os instintos jurídicos, parece que o povo se lembrou dos velhos usos esquecidos sob a dominação romana e sob a visigoda que continuou a precedente ».

ses. É provisória. O Sr. Verneau sustentou depois que a migração se tinha feito do norte para sul; as Canárias seriam a última etapa dos velhos caçadores do Vesère (1). O Sr. Pittard estabelecia recentemente que a dolicocefalia dos Africanos é mais acentuada que a dos Espanhóis e dos Portugueses (2). Finalmente, sôbre a contribuição das invasões, o Sr. Mendes Correia acha o homem dos *castros*, tipo pre-ibérico e pre-céltico, diferente algumas vezes do *homo afer taganus* de Muge, com as características negróides ou australóides muito acentuadas (3).

Não devemos tomar mais a sério o celticismo de Oliveira Martins que o seu iberismo. Aqui ainda — o Sr. António Sérgio já o demonstrou — Renan é o autor responsável. Mas o historiador português tirou dêste tema, hoje antiquado, sedutoras e perigosas generalizações. O Sebastianismo será um produto, impossível de ser confundido, de idiosincrasia nacional. Êle provaria, *a posteriori*, a existência duma raça herdeira do

(1) Hovelacque, obra cit., pág. 578. É preciso notar no entanto que os trabalhos recentes do Sr. Schuchardt (aproximação do vasconço com as línguas camíticas) e do Sr. Bosch Gimpera, *Los pueblos primitivos de España*, (*Revista de Occidente*, Agosto, 1925) confirmam a tese de Oliveira Martins.

(2) Eugène Pittard, *Les races et l'histoire*, pág. 114.

(3) Mendes Correia, *Os povos primitivos da Lusitânia*, Porto, 1924.

• fundo céltico e, por conseguinte, radicalmente distinta dos Espanhóis (1). Sabe-se de que favor gozou esta explicação durante meio século. Ela empacha a literatura, a crítica e a história. Opõe-se-lhe, em nossos dias, uma argumentação difícil de refutar. Não há, para crer na existência de raças fisiologicamente puras, senão certos discípulos retardatários de Gobineau. As grandes descobertas, longe de se apresentarem como uma estulta aventura, são o resultado duma longa preparação técnica. Os estudos recentes do Sr. Lúcio de Azevedo sobre o Sebastianismo revelam, de modo a não deixar dúvidas, a intervenção preponderante dos cristãos novos e do elemento semita, e os trabalhos do Sr. Edmond Faral tendem a provar que, em literatura, o próprio ciclo bretão é menos céltico do que se supôs.

Oliveira Martins tentava conciliar a tese do iberismo e a antítese do celticismo por uma sín-

(1) *História de Portugal*, tomo II, pág. 80: «Somos, com efeito, levados a supor que o elemento primitivamente dominante nas populações é em Portugal celta, pois que os seus frutos ingénuos e espontâneos têm a côr e a forma dos produtos dessa raça.

Nem só a lenda de D. Sebastião prova isso; porque já observámos as manifestações do ingénuo amor da natureza, o entusiasmo cândido do heroísmo, a sentimentalidade nebulosa da poesia. Para nós o Sebastianismo é uma prova postuma da nacionalidade ».

tese que se diria tirada da célebre definição que Renan deu de pátria numa conferência feita na Sorbonne em 11 de Março de 1882 e publicada depois sob o titulo: *¿ Qu'est-ce qu'une nation ?*

Uma nação, declarava êle, é uma alma, um princípio espiritual. Duas cousas, que, a falar verdade, não fazem senão uma, constituem esta alma, êste princípio espiritual. Uma está no passado, outra no presente. Uma é a possessão em comum dum rico património de recordações; a outra é o consentimento actual, o desejo de viver juntos, a vontade de continuar a fazer valer a herança que se recebeu indivisa.

Mas Oliveira Martins escrevia já em 1879:

« Só um princípio subjectivo, qual é a Vontade, podia dar coesão a êsse amálgama de elementos, a êsse conjunto sem unidade natural; e a nação portuguesa vive, enquanto vive o patriotismo. Êsse querer, que é uma ambição pessoal apenas nos reis da primeira dinastia, é um sentimento colectivo na segunda » (1).

Renan, segundo tôda a verosimilhança, ignorava a obra do historiador português. Mas ambos, numa data que será difícil precisar, sofreram, conscientemente ou não, a influência do *Volksgeist* e da *Völkerpsychologie*. Oliveira Martins, como quer que seja, faz uma aplicação original da teoria hegeliana, sustentando (conclusão contra a qual se insurge hoje o patriotismo) que Portugal é,

(1) *História de Portugal*, t. II, pág. 80.

como a Bélgica, um país sem fronteiras naturais, uma nacionalidade que repousa sôbre um acto permanente, continuo de vontade (1).

Notar-se-á mais dum ponto de contacto entre as obras que Oliveira Martins compôs activamente para a *Biblioteca das ciências* e os trabalhos anteriores dos economistas francezes.

Em *O regime das riquezas*, tal definição do valor reduzido ao « grau de deseabilidade » (2) parece vir do manual do Sr. Gide, apparecido no ano precedente. Diremos, como homenagem ao escritor portuguez, que, discípulo dos *Katheder-Socialisten*, não fazia profissão de ignorar os argumentos dos seus adversários. Paul Leroy-Beaulieu tinha publicado em 1874 a importante obra intitulada *De la colonisation des peuples modernes*. Oliveira Martins serve-se, em *O Brasil e as colónias portuguezas*, desta classificação, na qual muda os termos sem modificar o espirito :

As colónias agrupam-se, em nosso juízo, em três tipos irredutíveis e entre os quais não pode haver confusão alguma. São as colónias de comércio, as colónias agrícolas e aquillo a que se tem chamado colónias de plantação, duma maneira mais exacta as colónias que têm um monopólio natural para a produção de substâncias alimentares de exportação.

(1) *Ibid.*, pág. 82. « É uma successão de actos voluntários, de planos de estadistas ».

(2) *Regime das Riquezas*, pág. 98.

O economista português inverterá a ordem adoptada pelo seu predecessor. Chamará feitorias às colónias de comércio, colónias própria-mente ditas (ou de povoação) às colónias agrícolas, e *fazendas* às colónias de plantação (1). Mas, adoptando a mesma atitude, chegará às mesmas conclusões. Hostil à ocupação sem proveito dos territórios da Índia, mediocrementemente seduzido pelo futuro das possessões africanas, êle exaltará principalmente o Brasil, « obra-prima da colonização portuguesa », aplaudindo a « criação dum grande Estado rico, industrioso e próspero » (2).

Finalmente, a teoria da história universal, em *As tábuas de cronologia*, testemunha uma leitura assídua de Cournot. Oliveira Martins admite que os acontecimentos exteriores — toma como exemplo a morte do filho de D. João II ou o terramoto de Lisboa — produzem acelerações ou retrocessos na evolução dos povos (3). O seu genial precursor fôra o primeiro a insistir na importância que na história têm os casos fortuitos:

Nós cremos ter esclarecido em outros trabalhos, e definido mais exactamente que os nossos antecessores o fizeram, a idea da contingência, mostrando que não é, como se tem repetido tantas vezes, um fantasma criado para dissimular a nós próprios a nossa ignorância, nem

(1) *O Brasil e as colónias portuguesas*, pág. 201.

(2) *Ibid.*, pág. 256.

(3) *Tábuas de Cronologia*, Lisboa, 1884.

uma idea relativa ao estado variável e sempre imperfeito dos nossos conhecimentos, mas muito ao contrário a noção dum facto verdadeiro em si próprio, e cuja verdade pode ser em certos casos estabelecida pelo raciocínio, ou mais ordinariamente constatada pela observação, como qualquer outro facto natural. O facto natural assim estabelecido ou constatado consiste na *independência* mútua de várias séries de causas e de efeitos que concorrem *acidentalmente* para produzir tal fenómeno, para conduzir a tal resultado, para determinar tal acontecimento, o qual por esta razão é qualificado de fortuito (1).

Sabe-se que a teoria da contingência encontrou, em nossos dias, algum favor junto dos historiadores e dos filósofos (2). Acrescentemos — e é uma outra coincidência — que o mesmo Cournot já antes de Oliveira Martins punha em relêvo o carácter excepcional — êle vai até o ponto de dizer providencial — da civilização romana.

Não deveremos, depois do que precede, apressar-nos a concluir que Oliveira Martins foi um simples sequaz e imitador. Em muitos pontos êle precedeu a escola sociológica francesa. Êle tentava, como ela, conciliar o racionalismo com a doutrina da evolução aplicada às ideas morais e às categorias do entendimento. Encontra-se aqui e acolá, principalmente em *As raças humanas*,

(1) Cournot, *Considérations sur la marche des idées dans les temps modernes*, Paris, 1872, tómo I, pág. 1.

(2) Henri Berr, *La synthèse en histoire*, Paris, 1911, pág. 56.

tal desenvolvimento que teria o beneplácito do Sr. Lévy-Bruhl:

«Mais de uma vez temos dito que todos os progressos humanos existem já nas manifestações rudimentares dos homens primitivos, e que, por outro lado, ainda nas sociedades mais cultas, se encontram documentos da vida selvagem. Tôda a sociedade considerada como tal em qualquer dos seus momentos, contém—digamo-lo mais uma vez—os documentos de todos os momentos anteriores» (1).

E tal sentença coincide, quasi palavra por palavra, com uma fórmula de Durkheim:

«A moral, é a minha própria vontade que a evolução tornou em vontade colectiva, fazendo civismo do que era instinto ou capricho; levando-me a ver o próximo em mim e a mim nêle.» (2)

Integrada nestas duas correntes principais, germanismo e francesismo, a obra de Oliveira Martins parecerá contraditória. É conveniente notar, entretanto, que grande número de franceses que elle admira, Quinet, Michelet, Proudhon, Renan, Cournot, estavam familiarizados, desde longa data, com as concepções de além-Reno e que, por

(1) *As raças humanas*, tomo II, pág. 97. Cf. Lévy-Bruhl. — *Les fonctions mentales dans les sociétés primitives*.

(2) *Ibid.*, tomo II, págs. 155 e 159. Cf. Durkheim, *Éducation et Sociologie*, Paris, 1922, pág. 58: «O individuo, querendo a sociedade, quere-se a si próprio.»

outro lado, a Alemanha de Hegel, de Savigny, de Lazarus, de Lilienfeld, de Schäffle tinha as suas antinomias. Tomemos nota também d'êste facto, que as influências que nós julgamos incompatíveis não foram sempre simultâneas. O cesarismo de Lassalle triunfou tardiamente do republicanismo dos homens de 1848, da mesma maneira que o *ultimatum* de 1890, provocando um acordar de sentimento nacional, arruinou definitivamente o liberalismo utópico.

Não é menos certo que a facilidade com a qual Oliveira Martins se transportava, num desejo por vezes ilusório de imparcialidade, aos dois polos do pensamento, corrigiu o que tinha de muito violento, de muito simplista, esta natureza apaixonada, que se plasticizou em tôdas as metamorfoses, mas que jamais se deixou tocar pelo cepticismo.

Certamente, a sua obra histórica encerra muito de *a priori*, como acabamos de ver em bastos exemplos. Mas é necessário levar-lhe a bem o ter sabido, com o tempo, mudar de ponto de vista. Podemos voltar contra êle os seus próprios argumentos. Ajuntemos que, sob a influência do materialismo histórico, foi o primeiro em Portugal a descobrir a importância dos algarismos, das estatísticas. Os capítulos que consagra às finanças da metrópole, à feitoria de Flandres, ao comércio das colónias, conservam todo o seu interêsse. Habitado, quando julga a sua pátria, a penetrar no sentimento dos



espanhóis, dos ingleses, dos franceses, dos alemães, êle atinge, mau grado uma falta de ponderação que o aproxima dos extremos, uma espécie de equilibrio. Emfim, como sociólogo, foi melhor que um simples vulgarizador. Não se lhe contestará o mérito de ter utilizado duas espécies de elementos novos: o folclore peninsular e tôda a enorme documentação dos viajantes do século xvi, que últimamente se tem descurado um pouco depois que a atenção dos etnólogos se voltou para a Austrália e para a América do Norte. Em todo o caso nenhum dos contemporâneos poderia, com melhores títulos, dizer-se europeu. Oliveira Martins soube colhêr do cosmopolitismo tudo que êste acrescenta de extensão ao campo visual, e do patriotismo tudo o que êle dá, em profundidade, de clarividência.

Cadernos da SEARA NOVA

Já publicados:

SECÇÃO DE ESTUDOS LITERÁRIOS

- Raúl Brandão*, por CASTELO BRANCO CHAVES (2\$50).
Teixeira Gomes, por CASTELO BRANCO CHAVES (2\$50).
Da Obra de Vargãs Villa, por FARIA GAYO... (3\$00).
Castilho, por CASTELO BRANCO CHAVES..... (3\$00).
Oliveira Martins, por G. LE GENTIL (3\$00).
«Plutos», por ARISTÓFANES, tradução e notas de
ALVARO LOBO VILELA (3\$00).

SECÇÃO DE ESTUDOS FILOSÓFICOS E CIENTÍFICOS

- Galileu Galilei*, por BENTO DE JESUS CARAÇA (3\$00).

SECÇÃO DE TEXTOS FILOSÓFICOS

- Critone*, por PLATÃO, trad. AGOSTINHO DA SILVA (2\$50).

SECÇÃO DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS

- Elisen Reclus*, por EMÍLIO COSTA (3\$00).
Democracia, por ANTÓNIO SÉRGIO (2\$50).

SECÇÃO DE ESTUDOS ECONÓMICOS

- O comércio dos resinosos*, por M. AZEVEDO GOMES (2\$50)

SECÇÃO DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS

- A política do idioma e as Universidades*, por RODRIGUES LAPA (2\$50).

VÁRIA

- Glossas*, por AGOSTINHO DA SILVA, três opúsculos (1\$00, 1\$50, 1\$50).

POR ASSINATURA

6 números	12\$50
12 »	22\$50